

MERLEAU-PONTY:

adesão pré-pessoal ao mundo

A fé ontológica e suas consequências filosóficas

BRUNO VICTOR P.S. MELO¹

“Lost Faith in others
Lost faith in all
Fading trust evermore
Ashamed of what we endure
Into a veil of darkness
Console the heartless
A lack of faith”

Paradise Lost - Victim of the past

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente texto tem como objetivo esclarecer a noção merleau-pontiana de fé ontológica, mais frequentemente em sua Fenomenologia... chamada de opinião originária, adesão cega ao mundo, fé originária da percepção etc. Iremos adotar aqui ambas denominações mas a abordagem “fé ontológica” expressa de forma contundente o que queremos alcançar. O nosso método é como já anunciado no título: expor algumas consequências filosóficas dessa noção com o intuito de esclarecê-la.¹ O interesse pela obra de Merleau-Ponty tem crescido nas últimas décadas principalmente pela filosofia e psicologia norte-americanas em sua fenomenologia. Uma das apropriações da obra merleau-pontiana são

as descrições fornecidas pelo filósofo francês às psicopatologias. Sendo a noção de fé ontológica um termo fundamental que possibilita a Merleau-Ponty descrever os casos de alucinação e as psicopatologias julgamos ser um aspecto extremamente relevante da obra do filósofo a ser ressaltado, já que ainda muito pouco estudado de forma detida pelos comentadores e filósofos da percepção (algumas exceções estarão presentes em nossa reflexão). Enfim, será percorrendo essas discussões e priorizando a exposição e as descrições de Merleau-Ponty que pretendemos alcançar uma elucidação do termo e ressaltarmos, por consequência, a importância que ela possui na obra do fenomenólogo francês.

ESCLARECIMENTOS ACERCA DO FENÔMENO ALUCINATÓRIO

Nessa primeira discussão temos uma dificuldade de início: fornecer uma definição minimamente satisfatória da alucinação. Essa dificuldade surge pelo fato de confundirem-na com ilusões, erros perceptuais, efeitos causados pelo uso de determinadas drogas, etc. Vou seguir a definição dada pelo psicólogo William James, citada no livro de Oliver Sacks: “Alucinação é uma forma estritamente sensacional da consciência, uma sensação tão boa e verdadeira quanto se estivesse ali um objeto verdadeiro. Acontece, simplesmente, que o objeto não está ali” (SACKS, p9, n.1). Uma das características das alucinações é que os objetos, figuras e imagens são conjurados pelo sujeito que alucina mas não possuem nenhuma correspondência com o mundo como ocorre com variados exemplos de ilusão. Outra característica importante é que quem alucina consegue em boa parte do tempo distinguir suas alucinações das percepções normais, vejamos o que nos diz o texto de Merleau-Ponty:

O fato capital é que a maior parte do tempo os doentes distinguem suas alucinações e suas percepções. Esquizofrênicos que têm alucinações táteis de picadas ou de “corrente elétrica” sobressaltam-se quando lhes aplicam um jato de cloreto de etilo ou uma verdadeira corrente elétrica. (...) Um outro esquizofrênico, que dizia ver no jardim um homem parado sob sua janela e indicava o lugar, a roupa, a atitude, fica estupefato quando efetivamente se coloca alguém no jardim no lugar indicado, com a mesma roupa e na mesma posição. (...) Ele se recusa a contar dois homens no jardim (FP, 448)².

Com base na citação acima podemos identificar vários aspectos importantes do fenômeno alucinatório. O primeiro deles,

como já dito, é que os alucinados (em boa parte do tempo) distinguem suas percepções de suas alucinações. Outro ponto é mais sutil e também mais filosófico: o ambiente que o cerca está fragmentado, ele vive em um mundo privado onde suas percepções não podem ser vividas por outrem, está à margem do mundo e ao mesmo tempo no mundo. À margem do mundo, já que as imagens, formas, sensações experienciadas por ele não correspondem a nada no mundo objetivo, e dentro do mundo pelo simples fato de não existir sujeitos fora do mundo, já que mesmo o sonho, o mito e em alguma medida a alucinação³ ocorrem no mundo ou à margem deste, daí a complexidade do fenômeno alucinatório. Dentro destes aspectos levantados podemos dizer que a alucinação não é acessível aos outros indivíduos ela carece de publicidade já que “As alucinações desenrolam-se em outra cena que não a do mundo percebido” (FP, 454). Um filósofo que se dedica tanto à percepção como Merleau-Ponty precisa abarcar o fenômeno alucinatório em suas descrições acerca da percepção, mesmo que seja para dizer que ela não possui a mesma estrutura da percepção. Dada a complexidade do fenômeno uma boa descrição deve abarcar as características e peculiaridades da alucinação, e quando formos expor as descrições merleau-pontianas acerca da alucinação elas devem abarcar tais características. Mas antes veremos como outras abordagens são insuficientes para explicar a impostura alucinatória.

Segundo Merleau-Ponty tanto o intelectualismo quanto o empirismo sugerem respostas a este fenômeno, e ambos falham: “Na realidade, como se vai ver, ambas têm em comum o fato de que as duas doutrinas supõem a prioridade do pensamento objetivo, e nele procuram introduzir à força o fenômeno alucinatório”. (FP, 450) Essa inserção “à força” da qual fala o filósofo se refere ao fato de ambas doutrinas tentarem situar a alucinação na objetividade,

eles falham simplesmente por que os alucinados “negam” esse mundo objetivo do qual fala as duas doutrinas e situam suas próprias experiências em outro plano, no palco alucinatorio. O empirismo tenta *explicar* o fenômeno através de estímulos dentro de uma cadeia de acontecimentos que enfim geram um estado de consciência, explicando a alucinação do mesmo modo como explicam a percepção (FP, 450). O intelectualismo – embora tenha apresentado algo de novo quando percebe que a alucinação e a percepção possuem uma diferença de natureza – falha quando estipula essa consciência sempre clara a si mesma que sabe tudo aquilo que se passa dentro dela (FP, 450), que tem de se haver com o fato de colocar a alucinação como um erro e ao mesmo tempo ter de explicar como uma consciência constituinte pode explicar um erro ou um engano que ela mesma produz (FP, 451). Além do mais, o plano do julgamento não parece admitir a ambiguidade que a alucinação carrega, como por exemplo, haver uma distinção de natureza para a percepção e mesmo assim suas “vítimas” descreverem suas experiências em termos perceptuais (Komarine, 2).

Essa exposição da incapacidade do intelectualismo e do empirismo de abarcar certos fenômenos em sua teoria é feita durante todo o livro, e tem como objetivo contrapor as abordagens clássicas à abordagem fenomenológica do qual o filósofo francês julga ser a mais coerente e completa para descrever o mundo vivido. Vejamos, portanto, qual é a descrição merleau-pontiana da alucinação e em que ela supera as abordagens clássicas.

DESCRIÇÃO MERLEAU-PONTIANA DAS ALUCINAÇÕES

O PODER DE INVOCAÇÃO

Komarine Romdenh-Romluc em seu artigo intitulado “*Merleau-Ponty’s Account*

of Hallucination”, nos diz que a alucinação se dá pelo “desregulamento” ou alteração em duas funções que são empregadas somente na percepção: o poder de invocação (power of summoning) e a fé ontológica⁴. É interessante notar que a percepção para Merleau-Ponty é a forma pela qual nos inserimos no mundo, - sendo ela o exercício de nosso corpo fenomenal - já que a alucinação só é possível por termos um corpo com um esquema corporal complexo, ela é “(...) em primeiro lugar alucinação do corpo próprio” (FP, 455). Essas duas funções da qual Romdenh-Romluc nos fala são, portanto, duas funções do corpo próprio ou fenomenal como descrito longamente pelo autor em sua “Fenomenologia da Percepção”. Merleau-Ponty sustenta que o mundo já nos aparece com significado, e é através do corpo que “invocamos as aparências” que são assim “montadas” por ele, e possui um passado de funções e atividades já sedimentadas que altera o modo como o ambiente irá nos aparecer:

Merleau-Ponty sustenta que o sujeito percebe o mundo como já tendo um significado corporal imediato. Ao invés de perceber seu ambiente ‘neutralmente’, ela percebe coisas como tendo valor para ela no sentido de suas capacidades interagirem com essas coisas. Ela percebe cadeiras como para sentar, bolos como comestíveis, árvores como para subir, escorpiões como para serem evitados, e assim por diante (ROMDNH-ROMLUC, 6).

Resumidamente, podemos dizer que o poder de invocação está desregulado no indivíduo que alucina, por ele possuir um corpo com habilidades corporais complexas e simples (em suma um esquema corporal), onde o corpo próprio invoca uma aparência mas sem uma contrapartida do mundo objetivo. É por isso que Merleau-Ponty está autorizado a dizer que a alucinação é do corpo próprio, já que sem suas montagens particulares e sua relação

sedimentada com o ambiente não poderíamos pensar como se alucinaria ou, até mesmo, como nos enganaríamos através das ilusões. Estamos em relação constante com o ambiente que nos circunda através de nosso corpo:

Existem alucinações porque nós temos, através do corpo fenomenal, uma relação constante com um ambiente em que ele se projeta e porque, separado do ambiente efetivo, o corpo permanece capaz de evocar, por suas próprias montagens, uma pseudopresença desse ambiente (FP, 455, 456)

Fica claro, portanto, que a relação do corpo com o mundo nunca cessa (nem mesmo no sonho) sendo através das invocações do corpo próprio e da contrapartida do mundo que possibilita nossa percepção. A alucinação é um desregulamento dessa capacidade pelo fato de que o corpo próprio invoca as imagens sem ter um “aceno” do mundo para que a percepção possa se dar. Temos assim, mais do que uma diferença de natureza entre alucinação e percepção, temos uma diferença de fenomenologia entre elas: é necessário descrever o mundo artificial do alucinado diferente do mundo são e “intersubjetivo”. Para complementar essas descrições e observações acerca da alucinação, passemos agora para nosso principal objeto de estudo nesta exposição: a fé originária.

A FÉ ONTOLÓGICA

A fé ontológica resumidamente pode ser descrita como a capacidade do corpo próprio de tomar o mundo como real, é uma tese do mundo (uma tese do corpo), uma *Weltthesis* no sentido de Husserl (S, 180), anterior a todas as teses, onde a reflexão sempre se vale da opinião originária ao formular qualquer opinião ou tese acerca do mundo, ou seja, uma capacidade corporal pré-reflexiva e pré-objetiva que me insere de uma forma global e fornece todo sentido de

realidade⁵ que meu corpo investe no mundo percebido.

Na experiência de uma verdade perceptiva, presumo que a concordância até aqui sentida se manteria para uma observação mais detalhada; confio no mundo. Perceber é envolver de um só golpe todo um futuro de experiências em um presente que a rigor nunca o garante, é crer em um mundo (FP, 399).

Várias questões podem ser levantadas neste momento, mas vamos nos limitar na necessidade da percepção possuir “fé”⁶, ou seja, crer em um mundo como nos diz o filósofo logo acima. Segundo Romdenh-Romluc, a percepção requer fé porque ela é falível (ROMDNH-ROMLUC, 10). Vamos aqui tentar esclarecer a noção de fé ontológica, observando como Merleau-Ponty admite a falibilidade daqueles que percebem sem cair em um ceticismo⁷.

O ceticismo adota a noção de que as aparências podem não descrever a realidade, adotando uma perspectiva que Merleau-Ponty denomina as “coisas-em-si-mesmas” que independe de qualquer experiência que delas poderíamos ter. Merleau-Ponty recusa essa noção e assume as “coisas-como-experenciadas”, e segundo essa descrição as coisas são como elas nos aparecem. O filósofo não rejeita o ceticismo para cair em um idealismo ingênuo, pelo simples fato de não considerar as coisas como meras aparências, onde estas não teriam qualquer conexão com a realidade, como nos esclarece Renaud Barbaras:

A percepção é uma intuição doadora originária porque ela atinge a coisa em “carne e osso” (leibhaft), na sua própria presença e não apenas através de uma representação (BARBARAS, 150).

Como Merleau-Ponty mesmo mostra em vários momentos da Fenomenologia..., a per-

cepção trabalha na dimensão do “posso que”, do “se”, por isso ela é um presente envolvido em um futuro que não a garante:

Abro os olhos à minha mesa, minha consciência é abarrotada de cores e de reflexos confusos, ela mal se distingue daquilo que se oferece a ela, através de seu corpo ela se espalha no espetáculo que ainda não é espetáculo de nada. Repentinamente, fixo a mesa que ainda não está ali, olho à distância quando ainda não há profundidade, meu corpo centra-se em um objeto ainda virtual e dispõe suas superfícies sensíveis de maneira a torná-lo atual (FP, 321).

Na experiência vivida eu posso me enganar onde as coisas consistem em uma possibilidade de concretização das expectativas que meu corpo como aquele que percebe deposita nelas.

Na alucinação, o poder de invocação pode ser exercido na ausência dos acenos do mundo, mas a percepção nunca é separada da presença do mundo ele mesmo onde a realidade e a percepção se confundem⁸. Aqui se trata de uma dimensão de realidade em que a verdade ou a falsidade ainda não chegaram, é o ser pré-objetivo de que estamos agora falando. “Mas vimos que a percepção originária é uma experiência não-tética, pré-objetiva e pré-consciente”. (FP, 325)

Perceber requer fé por sermos falíveis, e somos falíveis por já estarmos inseridos no mundo percebido onde mundo nos é dado desde a primeira percepção, mesmo aquela ainda incipiente na criança, mas já como uma presença irrecusável (FP, 439)⁹. Vamos investigar agora como a alucinação pode suplantar o mundo objetivo e valer como realidade para o indivíduo que alucina. A alucinação pode contar como realidade para o alucinado já que embora seja distinta da percepção, ela se vale da mesma função originária que ela, ou seja, a alucinação também se baseia na adesão pré-pessoal ao mundo natural:

Ora, se, malgrado a diferença, a alucinação pode passar por realidade, é finalmente porque a própria percepção, oriunda da mesma função, não é uma operação intelectual, não goza de nenhuma certeza intrínseca, nenhum index sui – essa função é tal que, antes de toda verificação, nós simplesmente cremos no que vemos (MOUTINHO, 196).

Essa descrição revela, portanto, o motivo pelo qual o alucinado crê naquilo que vê, possibilitando que ele se situe à margem do mundo substituindo o mundo percebido pelo da alucinação. Embora a fé ontológica esteja “desregulada” na alucinação, é somente através dela que a alucinação é possível, assim como o sonho e o mito, ela se utiliza da opinião originária e produz através de suas próprias montagens as imagens e sensações alucinatórias, o que esclareceria o fato de esses indivíduos descreverem suas alucinações em termos perceptuais mesmo havendo uma distinção de natureza entre alucinação e percepção (ROMDNH-ROMLUC, 8). A alucinação carece de plenitude e articulação, ela está “diante” do mundo, à margem deste pelo fato de o corpo próprio ter perdido sua inserção no sistema das aparências (FP, 455), esse sistema expressa o modo como me relaciono com o ambiente que é fecundo de seus horizontes atuais e possíveis, implícitos e explícitos. É por este motivo que o alucinado não percebe no sentido “normal”, ele se utiliza da inserção ao mundo natural para fabricar um ambiente fictício (FP, 457).

Quem percebe é sempre um corpo situado no mundo, onde está implicada essa gama complexa de horizontes, ou seja, aquelas posições que meu corpo como veículo de meu ser-no-mundo pode adotar. É por isso, que há sempre algo a ser percebido, algum aspecto no objeto - ou no mundo - do qual estou privado:

Percepção é necessariamente uma figura sobre um fundo, o que significa que toda a

cena não pode ser determinada de uma só vez. A figura é o foco da atenção de alguém; ela é vista claramente e em detalhe. A figura resiste ao fundo que é percebido indistintamente enquanto indeterminado. Essas vagas presenças podem ser determinadas focando a atenção sobre elas, mas quando a atenção é focada sobre uma delas as outras recuam. Segue-se, que na descrição de Merleau-ponty, partes do campo visual são sempre vistas ambigualmente¹⁰ (ROMDENH-ROMLUC, 19).

Na alucinação toda essa articulação perceptual está rompida, e a partir das descrições dos próprios pacientes alucinados Merleau-Ponty sustenta que estes não possuem toda a estrutura¹¹ aqui descrita. São por essas razões que Merleau-Ponty institui a carência de publicidade como um aspecto constituinte das alucinações, ou seja, o caráter privado das mesmas, onde a publicidade dependeria da estrutura objeto-horizonte, figura e fundo:

Para ver o objeto, outros tem de estar localizados em um dos lugares no espaço referidos pelos horizontes da percepção de alguém. Alucinações, por sua vez, carecem de infinitos horizontes da experiência perceptual. Assim, eles não apresentam seus objetos como coisas que podem ser vistas por uma variedade de perspectivas. Deste modo, objetos alucinatórios não são experienciados como uma parte do mundo intersubjetivo (ROMDENH-ROMLUC, 22, 23).

Vemos os objetos localizados em um espaço tridimensional, perceber os horizontes implícitos como podendo ser preenchidos de um determinado ponto é matéria da fé ontológica (ROMDENH-ROMLUC, 15). Os alucinados não “creem tanto” já que a adesão ao mundo das aparências está fraturado, mas isso não faz com que eles tomem suas alucinações como meras aparências. Como diz um paciente citado por Merleau-Ponty: “Você não ouviu minhas vozes?”,

diz o doente, “então sou o único a ouvi-las.” (FP, 451). Assim, a própria ausência de publicidade da alucinação pode ser explicada pela desarticulação da fé, da adesão pré-pessoal ao mundo, já que o universo dos horizontes está comprometido por essa modificação na fé ontológica, e o corpo próprio já não o percorre da mesma maneira: “Diante da coisa verdadeira, nosso comportamento sente-se motivado por “estímulos” que preenchem e justificam sua intenção” (FP, 451). É por estes aspectos descritos pelo filósofo que ele conclui, que:

A maior parte das alucinações são não coisas com facetas, mas fenômenos efêmeros, picadas, tremores, estouros, correntes de ar, ondas de frio ou de calor, centelhas, pontos brilhantes, clarões, silhuetas. Quando se trata de verdadeiras coisas, como por exemplo de um rato, elas só são representadas por seu estilo ou por sua fisionomia¹². Esses fenômenos desarticulados não admitem entre si elos precisos de causalidade. (...) e porque aqui estamos nos fragmentos de um mundo arruinado (FP, 456, 457).

Para concluir as observações acerca das descrições de Merleau-Ponty das alucinações, gostaríamos de fazer um contraponto com algumas colocações que James Morley faz em seu artigo, e que se diferencia em alguma medida das descrições que nos pautamos logo acima. Inicialmente parece que Morley não concorda com nossa exposição quando dissemos que a impostura alucinatória suplanta o mundo percebido e pode valer como realidade para o alucinado: “É um mal entendido comum pensar que pacientes psicóticos acreditam na realidade de suas alucinações” (Morley, 99). Ele define, a partir de Merleau-Ponty, que as vítimas da alucinação vivem em uma “dúvida ontológica” o que negaria, em grande medida, o que estávamos a dizer anteriormente. Vejamos como Morley define a fenomenologia da alucinação:

O que é catastrófico para vítimas das alucinações, é sua incapacidade de sentir confiança em ambas (dimensões), perceptual e imaginário. (...) O fato que sujeitos patológicos não acreditam totalmente em suas experiências é precisamente o motivo pelo qual estão vivendo tão dolorosamente (MORLEY, 99).

Os indivíduos que alucinam perderiam a capacidade do que Merleau-Ponty chama de “tolerância para a ambiguidade”, tolerância para o mundo vivido sempre cerceado pelo imaginário e pelo real, pelas relações intersubjetivas e a própria percepção. Como dissemos acima, não me parece que Merleau-Ponty, quando descreve as alucinações na Fenomenologia..., pretende abarcar toda a complexidade dos fenômenos. O mais curioso nas colocações de Morley é que ele propositalmente não utiliza as descrições da Fenomenologia..., mas se pauta em descrições posteriores do filósofo como seus cursos na Sorbonne¹³. Tais colocações podem fomentar uma disparidade entre os dois momentos intelectuais de Merleau-Ponty enquanto partes irreconciliáveis.

Nossa proposta de interpretação acerca dessas divergências é assumir que ambas descrições são complementares¹⁴. Acredito que as alucinações possam valer como realidade para os indivíduos e em outros casos a opinião originária

possa se tornar uma “dúvida ontológica” que deixa o indivíduo incapaz de exercer suas necessidades sociais básicas, já que como Morley mostra muito bem, as relações intersubjetivas são constituídas por elementos do imaginário: outro me é apresentado como o sonho o é, e através da fé perceptiva posso viver na ambiguidade de ambas experiências, da imaginação e da percepção (MORLEY, 97). De qualquer forma, ainda é uma “desregulação” da fé ontológica que permite compreender o fenômeno alucinatório. Nos parece claro que estamos lidando com a própria limitação de uma única fenomenologia completa deste fenômeno, mas vale salientar que ambas propostas podem ser conjugadas não sendo, assim, auto-excludentes.

Acreditamos ter conseguido, pelo menos em termos gerais, fornecer o modo como Merleau-Ponty descreve as alucinações e, por conseguinte, o quanto a noção de fé ontológica ou a adesão pré-pessoal ao mundo é fundamental para que alcance seus objetivos. Obviamente que não pretendemos esgotar toda a discussão acerca das alucinações, antes disso, queremos nos pautar nas descrições merleau-pontianas para esclarecer a fé ontológica e extrair algumas de suas consequências filosóficas. “Cremos” que este objetivo foi parcialmente concluído.

■ **Contextura**

NOTAS

1. Pesquisa realizada no decurso de minha participação no PET-Filosofia da UFMG sob a orientação do Dr. André Joffily Abath, professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais.
2. Iremos utilizar nesta exposição as abreviações que são comumente feitas pelos comentaristas brasileiros da obra merleau-pontiana: FP = Fenomenologia da Percepção, S = Signos, VI = O Visível e o Invisível, PP = O primado da percepção e suas consequências filosóficas.
3. Merleau-Ponty denomina o sonho, mito, alucinação etc., enquanto espaços antropológicos que são ignorados pelo pensamento objetivo. A despeito dessas reflexões ver (FP, 388).
4. O termo que a autora utiliza é “perceptual faith” o que designa em Merleau-Ponty “la foi perceptive” mas acreditamos que essa nomeação possui limitações e utilizaremos fé ontológica de forma proposital,

mesmo tendo consciência que o autor não a utiliza. Tal escolha (já feita por James Morley) será justificada durante a exposição que pretende mostrar a amplitude da adesão pré-pessoal ao mundo que não fundamenta apenas a percepção mas também toda a dimensão imagética e até mesmo nossas relações intersubjetivas. Não é uma crítica ao autor, apenas utilizamos outro termo para evidenciar o alcance de tal noção, até por sabermos que a percepção em Merleau-Ponty não pode ser compreendida no sentido corriqueiro do termo e deve ser alargada.

5. E não verdade no sentido epistêmico, caso queiramos falar em verdade falaremos de verdade perceptiva (no caso da percepção) como exposto na citação acima.
6. No Visível e o Invisível temos uma definição da noção de fé: “Noção de fé a precisar. Não é a fé no sentido de decisão mas no sentido daquilo que existe antes de qualquer posição, fé animal”(VI, 15).
7. Este ponto possui grande relevância na nossa investigação, e será levantado em uma discussão (esperamos) mais aprofundada com a dúvida cética cartesiana e sua relação com a realidade fornecida pela adesão pré-pessoal ao mundo. A pergunta fundamental é: mesmo do ponto de vista epistemológico, em que sentido temos o “direito” de duvidar do mundo? Caso Merleau-Ponty esteja certo, o mundo não cabe dúvida, já que para a Fenomenologia “o mundo já está sempre ali” (FP, 1).
8. Mais nitidamente exemplificado por essa passagem: “(...) só podemos pensar o mundo porque de início temos experiência dele; é por essa experiência que temos a ideia de ser e é por ela que as palavras “racional” e “real” recebem simultaneamente um sentido” (PP, 49).
9. Na leitura de Morley das palestras de Merleau-Ponty na Sorbonne, o fenomenólogo ao ler os resultados das pesquisas de Piaget sobre o desenvolvimento infantil busca investigar quando adquirimos sentido de realidade. Assente que aproximadamente aos seis meses os bebês começam a se direcionar aos objetos, e começam a dar relevância aos objetos que não estão mais no campo de visão, ou seja, após o nascimento a existência do objeto é condicionado ao seu surgimento no campo visual, após os seis meses de vida os bebês buscam objetos que não estão mais condicionados aos horizontes explícitos - como a crença de que a “mamãe irá voltar” - uma certeza ainda parcial mas suficiente, que através dos hábitos passamos à tomá-la como garantida (MORLEY, 101). Segundo Morley, aqui nasce tanto o imaginário quanto real.
10. Por isso James Morley pode definir a fé originária enquanto uma “tolerância para a ambiguidade” (MORLEY, 93), e é justamente isso que os esquizofrênicos (ou alguns deles como veremos) e outros pacientes de doenças psicológicas não possuem (como portadores da Mania ou Depressão), gerando assim, uma impostura patológica.
11. Obviamente que essas descrições valem para o momento da alucinação, já que o indivíduo pode alucinar de forma intermitente, assim, não seria uma ausência de estrutura no sentido constituinte do indivíduo, mas da própria alucinação.
12. Não me parece termos aqui uma conclusão universalista onde o filósofo tentaria articular e encaixar todo fenômeno alucinatorio nestas características. O objetivo, dado o contexto da Fenomenologia..., é fazer um contraponto da percepção normal com a patológica e mostrar, por consequência, o funcionamento da fé originária da percepção, sem utilizar “critérios estranhos” como diz Moutinho. Hoje é bem sabido a diversidade do fenômeno, este poderia vir com as mesmas características de uma aparência do mundo objetivo. A despeito disso, ver (SACKS, 2013) sobre a síndrome de Charles Bonnet.
13. Me refiro aos resumos de curso de 1949-1952. Rerefência presente na bibliografia.

14. Obviamente precisaríamos fazer um estudo mais aprofundado das alucinações e reunir um maior número de casos para tomar uma posição mais bem fundamentada, que poderia ser auxiliados por análises e descrições dos psicólogos e outros filósofos da percepção.

REFERÊNCIAS

- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signos*. Martins Fontes, 1991. São Paulo. Trad: Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira.
- _____. *Fenomenologia da Percepção*. Martins Fontes, 2011. São Paulo. Trad: Carlos Alberto Ribeiro de Moura.
- _____. *O Visível e o Invisível*. Perspectiva, 2012. São Paulo. Trad: José Artur Gianotti e Armando Mora d'Oliveira.
- _____. *La Phénoménologie de la perception*. Éditions Gallimard, 1945.
- _____. *M. Merleau-Ponty na Sorbonne: resumo de curso: 1949-1952: Psicossociologia e Filosofia*. Trad. Constança Marcondes César. Campinas, SP: Papyrus, 1990b.
- HUSSERL, Edmund. *The Crisis of European Science and Transcendental Phenomenology*, trans. D. Carr (Evanston: Northwestern University Press, 1970)
- MORLEY, James. *The Texture of the Real: Merleau-Ponty on Imagination and Psychopathology*, in *Imagination and its pathologies*, edited by James Phillis e James Morley. 2003, Massachusetts Institute of Technology.
- KOMARINE, Romdenh-Romluc. *Merleau-Ponty's Account of Hallucination*. *European Journal of Philosophy*, Volume 17 (1), 76–90, 2009.
- MOUTINHO, Luiz Damon Santos. *Razão e experiência: Ensaio sobre Merleau-Ponty*. São Paulo. Unesp, 2006.
- SACKS, Oliver. *Mente Assombrada*. Companhia das Letras. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo. 2013.
- BARBARAS, Renaud. *Investigações Fenomenológicas – Em direção a uma fenomenologia da vida*. UFPR. 2011.